

Nota técnica

## **Acessibilidade de estudante deficiente visual aos cursos da saúde do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU**

Accessibility of visually impaired students to Health Courses the Metropolitan United Colleges – FMU

Juliana Duarte Leandro<sup>a</sup>, Caroline Ribeiro de Souza<sup>b</sup>, Jessica Lacerda Codeiro<sup>c</sup>,  
Thatiana Ribeiro Bispo dos Santos<sup>d</sup>, Ana Cláudia Balda<sup>e</sup>

a: Coordenadora do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU

b: Docente do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU

c: Graduanda do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU

d: Coordenadora do Núcleo de Apoio Psicopedagógico do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU

e: Diretora Acadêmica da Saúde do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU

A acessibilidade de uma pessoa com deficiência visual em um curso de graduação da Escola da Saúde do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas FMU, exige uma abordagem ampla e integrada, que considere tanto a adaptação dos materiais didáticos quanto o ambiente de aprendizagem e as práticas clínicas.

A inclusão dessas pessoas depende de estratégias que promovam a igualdade de oportunidades no processo de ensino-aprendizagem e garantam a participação ativa em todas as atividades acadêmicas e profissionais.

Tornar o curso acessível foi, e ainda é, um desafio tanto para a coordenação quanto para o Núcleo de Apoio Psicopedagógico Institucional, setor institucional responsável pelo suporte didático e técnico nestes casos.<sup>1</sup>

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) é um serviço de acolhimento, aconselhamento e desenvolvimento de habilidades socioemocionais para os estudantes universitários.<sup>2</sup> Ele surgiu para atender às necessidades específicas desse público, com foco em potencializar competências que apoiem o crescimento pessoal e profissional dos discentes, para os ajudar a viver a experiência universitária de forma proveitosa e facilitar a transição da universidade para o mundo do trabalho.

O NAP possui três pilares de atuação: Eu sou, Eu respeito e Eu aprendo:<sup>2</sup>

“Eu Sou”: engloba todas as ações que visam desenvolver competências socioemocionais. Este pilar prevê desde o acolhimento de demandas relacionadas ao bem-estar emocional, até a execução de projetos de promoção e prevenção voltados à saúde mental. Por meio deste pilar, são atendidas solicitações observadas em diagnósticos anteriores, relatos da literatura e orientações legais.<sup>2</sup>

“Eu Respeito”: as ações deste pilar são validadas pelo Conselho de Respeito à Diversidade, Cultura, da Paz e Direitos Humanos (CRDC), que planeja e realiza a promoção da conscientização e formação crítica, cidadã e consciente da comunidade acadêmica a respeito da diversidade, cultura da paz e direitos humanos. O NAP ainda atua em parceria com o setor responsável pela infraestrutura para garantir a ausência de barreiras de espaços arquitetônicos.<sup>2</sup>

“Eu Aprendo”: prevê ações de inclusão no processo de ensino-aprendizagem e considera que a “acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social” (art. 53 da Lei 13146/2015). Portanto, integra pessoas com deficiência (PCD) a partir de uma visão inclusiva e não segregadora.<sup>2,3</sup>

Entre as ações deste pilar, estão contemplados os atendimentos de recepção e acompanhamento destes alunos ao longo de sua formação, monitorias de ensino e inclusão, kits de adaptação para inclusão, capacitação de coordenadores de curso e corpo docente e plano de comunicação voltado à promoção da inclusão.

O NAP ainda realiza apoio ao discente pela eliminação das barreiras de comunicação bem como barreiras digitais. Para tanto, adota um conjunto de ações e softwares de apoio aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

### **Acessibilidade no ambiente de ensino**

É essencial que o campus da universidade seja adaptado para garantir a mobilidade segura e autônoma de pessoas com deficiência visual.<sup>1,4</sup> Isso inclui os recursos listados a seguir:

- **Sinalização tátil e em Braille** em portas, elevadores, escadas e salas de aula, como exposto na figura 1;



**Figura 1:** Sinalização tátil.

- **Mapas táteis e informações sonoras** que facilitem a localização de áreas importantes, como bibliotecas, laboratórios e secretarias;

- **Percursos acessíveis** com piso tátil (figura 2) para a orientação e segurança durante a locomoção.



**Figura 2.** Percurso tátil.

### **Adaptação dos materiais didáticos**

A utilização de recursos didáticos acessíveis é fundamental para o desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência visual.<sup>1,5</sup> Algumas adaptações incluem:

- **Textos em formato digital** que possam ser lidos por softwares de leitura de tela;
- **Materiais em Braille e audiolivros;**
- **Aulas expositivas com descrições claras** de diagramas, imagens, vídeos e recursos táteis, conforme exposto nas figuras 3 e 4;



**Figura 3:** Recurso tátil utilizado em aula expositiva.



**Figura 4.** Materiais adaptados.

- **Plataformas virtuais de aprendizagem acessíveis e equipamentos adaptados**, com estrutura simplificada e navegação compatível com softwares de acessibilidade. A figura 5 expõe equipamento adaptado.



**Figura 5.** Equipamento adaptado

### **Inclusão nas práticas clínicas**

Nos Cursos da Saúde, as atividades práticas são essenciais para a formação profissional. A inclusão de estudantes com deficiência visual nas práticas clínicas deve ser planejada de modo que respeite suas limitações e, ao mesmo tempo, potencialize suas habilidades.<sup>1,5</sup> Algumas estratégias importantes são:

- **Supervisão adequada e adaptações metodológicas** nas atividades práticas para que o estudante desenvolva as habilidades motoras necessárias, como palpação e manipulação de pacientes;
- **Utilização de recursos táteis** e descrição detalhada das técnicas aplicadas.
- **Simulação realista** de cenários clínicos com o apoio de colegas e supervisores;
- **Instrumentos avaliativos inclusivos**, que considerem a natureza visual de algumas tarefas e proponham formas alternativas de avaliação.

## Apoio institucional

O sucesso da inclusão de uma pessoa com deficiência visual em um curso de Fisioterapia depende também do apoio institucional.<sup>1,5</sup> A universidade deve oferecer:

- **Acompanhamento pedagógico especializado**, com tutores ou profissionais de apoio capacitados;
- **Apoio psicológico e acadêmico** para enfrentar os desafios de adaptação e desenvolvimento pessoal, neste contexto, os alunos poderão ser atendidos na Clínica Integrada da Escola de Ciências da Saúde (CIECS);
- **Treinamento contínuo dos professores e colegas** para que compreendam as necessidades e potencialidades do aluno com deficiência visual e criem um ambiente de aprendizagem inclusivo, gerenciado pelo Núcleo da Qualidade Acadêmica da FMU.

## CONCLUSÃO

A inclusão de estudantes com deficiência visual nos cursos da Saúde FMU não é apenas uma questão de acessibilidade física ou tecnológica, mas envolve um compromisso com a criação de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo. Isso implica o esforço coletivo de professores, colegas, e da Instituição para garantir que o aluno com deficiência visual possa desenvolver suas competências profissionais e alcançar seu potencial pleno, contribuindo assim para uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

1. Motta LMM. Audiodescrição na Escola: Abrindo Caminhos para Leitura de Mundo. Disponível em: <http://www.vercompalavras.com.br/pdf/audiodescricao-na-escola.pdf> . Acesso em 20 out 2024
2. Faculdades Metropolitanas Unidas. FMU, 2024. Disponível em: [https://portal.fmu.br/nap/?utm\\_term=fmu%20level%20up&utm\\_campaign=\[GG\]\[Search\]\[BR\]\[M\]arca\]&utm\\_source=adwords&utm\\_medium=ppc](https://portal.fmu.br/nap/?utm_term=fmu%20level%20up&utm_campaign=[GG][Search][BR][M]arca]&utm_source=adwords&utm_medium=ppc)
3. Brasil. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) . Acesso em 20 out 2024
4. Brasil. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/12796.htm) . Acesso em: 20 out 2024
5. Poker RB, Valentim FOD, Garla IA. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. Psicologia Escolar e Educacional, Maringá, v. 22, p. 127-134, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2018/010> Acesso em 20 out 2024

## CONTATO

Juliana Duarte Leandro: [juliana.leandro@fmu.br](mailto:juliana.leandro@fmu.br)